

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE OURO PRETO – ALGUMAS CONSTATAÇÕES E MUITAS INCÓGNITAS*

THE DEVELOPMENT OF THE URBAN IMAGE OF OURO PRETO: A FEW CONSIDERATIONS AND MANY DOUBTS

RODRIGO OTÁVIO DE MARCO MENICONI**

RESUMO

A imagem das cidades do ciclo do ouro em Minas Gerais, em particular a de Ouro Preto, é produto da acumulação ao longo do tempo de artefatos e configurações confirmadas ou descartadas conforme o imaginário coletivo. As motivações dessas escolhas, calcadas na tradição popular e medieval dos primeiros povoadores, necessitam ser mais bem esclarecidas.

Palavras-chave: Arquitetura brasileira; História.

ABSTRACT

The image of 18th century cities of Minas Gerais, Brazil, particularly Ouro Preto, are consequences of the accumulation of artefacts and spatial configurations confirmed or not by the citizen's imaginary. The reasons that had oriented those choices that were founded in pioneer's medieval popular tradition. The purpose of this paper is discuss that question.

Keywords: Brazilian architecture; History.

* O presente artigo é parte integrante da dissertação de mestrado concluída na Escola de Arquitetura da UFMG com o título: *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*.

** Arquiteto. Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e das Faculdades Izabela Hendrix. Especialista em restauro pela Universidade de Roma. Mestre em Arquitetura pela Escola de Arquitetura da UFMG.

A FUNDAÇÃO: OS ARRAIAIS

Os núcleos fundados pelos portugueses no litoral, embora não seguissem o rigor das normas prescritas nas “Leyes de los Reynos de las Indias” das cidades hispano-americanas, utilizavam padrões e sistemas ordenadores que remetem às plantas reticuladas de inspiração romana, implantadas na medida da regularidade permitida pelas situações concretas dos lugares.

Nas cidades e vilas criadas por ato expresse da Coroa, mesmo que de forma precária, desde a origem são adotados procedimentos para manter o alinhamento e o controle dos arruamentos e dos quarteirões; a uniformidade das fachadas e volumes do casario; a constituição e a forma das suas principais edificações – fortalezas, prédios de representação do poder, igrejas e conventos – com obediência às disposições das Ordenações Filipinas e das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Diversamente, os arraiais das Minas vão se conformar sem as imposições de implantações pré-constituídas, dispondo-se ao longo do território de acordo com suas próprias exigências. Os diversos grupos confluentes vão ocupar áreas distintas das novas povoações, mantendo a própria individualidade cultural e urbanística.

Em Ouro Preto, dos arraiais iniciais, que posteriormente serão refundidos na vila e na cidade, vários conservam até hoje particularidades e ritos próprios, presentes nas tipologias construtivas, nas implantações, na caracterização de limites e locais de culto. Ainda perduram vestígios desse tempo, tanto na concretude dos lugares e edifícios, quanto na identidade das festas e celebrações comunitárias.

Na verdade, a descoberta do ouro, extrapolando e rompendo com o projeto da metrópole, vai fazer com que as tentativas de retomar as rédeas da situação sucedam-se ao longo do período colonial, com a proibição do ingresso de mais gente na região das Minas; com a definição dos caminhos do ouro e seus postos de controle; com a proibição da presença das Ordens Primeiras; com as regras para fundição e registro do ouro; com o controle do comércio, a proibição das atividades industriais e a constante e feroz repressão.

As iniciativas destinadas a isolar a região não surtirão o efeito esperado. Acorrem “quantidade de portugueses e de estrangeiros para passarem às Minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil brancos, pardos, pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas, homens e mulheres, moços e velhos, nobres, plebeus, ricos e pobres, seculares e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil nem conventos nem casas”. (Antonil, citado por Vasconcelos, 1974, p. 23)

O afluxo de toda essa gente desencadeará uma acirrada disputa pela posse do território que, assinalada por episódios esparsos ao longo da primeira década do século XVIII, resulta na Guerra dos Emboabas. Os conflitos só serão interrompidos com a instalação das primeiras vilas, em 1711 e 1713, e a posterior criação da capitania – desmembrada da de São Paulo – em 1720.

A Coroa, que tenta a todo custo controlar e circunscrever a região, recorrendo frequentemente vai utilizar – ao lado de diversos instrumentos jurídicos – expedientes urbanos e arquitetônicos. Servindo a cidade como instrumento de dominação e afirmação da Autoridade Portuguesa, será, portanto, o lugar onde ocorrerão também as manifestações de rebeldia a essas mesmas imposições. Assim, a construção da cidade vai-se dar sob a égide de tensões, conflitos e “acordos” entre as ordenações e decisões das autoridades externas e as escolhas e codificações da comunidade local.

Na criação da Vila Rica, Albuquerque, ao receber o poder das mãos de Nunes Viana, estabelece seu novo estatuto: unifica os dois arraiais mais importantes, define o seu termo, proíbe o comércio fora de seus limites, implanta as paróquias e as instituições do poder: Casa da Câmara e Cadeia e o pelourinho.

As bases normativas – legislações eclesiásticas e ordenações do Reino –, empregadas quando da elevação do povoado à condição de Vila, deveriam agora ser seguidas. Esse momento, que marca a passagem do regime absoluto do território conquistado ao “regime das municipalidades com justiças eleitas e ofícios populares” (Vasconcelos, 1974, p. 69), deveria, forçosamente, repercutir na sua imagem.

O novo quadro exigia a definição e demarcação do território, a construção dos edifícios representativos em pontos de visibilidade, o alinhamento e a retificação das vias públicas, o estabelecimento de padrões construtivos e arquitetônicos, visando à uniformidade dos edifícios.

Esses procedimentos e normas construtivas têm sua origem nas regras surgidas quando da “modernização” de Lisboa efetuada por D. Manuel I, que intencionavam substituir a antiga imagem da cidade, julgada excessivamente medieval e moura. A cidade, entendida a partir dessa ocasião como um espaço legislável, submetido a regras que se elevam acima dos cidadãos, seria estruturada em quarteirões, de forma a diluir o “sentido de ondulação e continuidade absoluta da cidade medieval”. (Carita, 1990, p. 13)

Essa nova conformação ideal, imposta sobre os arranjos existentes – descri-



Rugendas, Villa Ricca (O Brasil de Rugendas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 1º Div: Pl 21)

tos como precários e transitórios, amontoado de rancharias, cloacas, vendas e cubículos de canga, surgidos ao longo dos córregos e veios de onde o ouro brotava –, será a manifestação, no plano físico, do desejo ordenador e controlador da metrópole.

Essa tentativa, em grande parte, será malograda.

A arquitetura oficial, muito em função das delongadas tratativas com a burocracia reinol, leva anos para consolidar-se; em Ouro Preto, a construção da sede definitiva da Casa de Câmara e Cadeia só será iniciada em 1785. As instituições do poder permanecem itinerantes, perambulando pela vila. O pretendido alinhamento e retificação das ruas, de modo a torná-las “largas e direitas”, só são possíveis em pequenos trechos de topografia favorável, limitando-se ao fundo de vale fronteiriço à atual Matriz do Pilar, onde possivelmente intentou-se a implantação de um plano reticulado. Em Antônio Dias e, sobretudo, nas demais povoações são preservados, quase integralmente, os caminhos e os traçados originais.

Nas vilas do ouro não se dá a transposição mecânica e autocrática de esquemas preestabelecidos. O sítio, os caminhos e a própria arquitetura serão estabelecidos pelos mineradores e só num segundo momento reordenados. Como resultado, sobre o arcabouço da cidade “popular”, construída com os elementos da tradição e do imaginário coletivo (Guidoni, 1980), surgem os modelos oficiais de matriz erudita – os prédios de representação, as matrizes e manifestações da arquitetura religiosa, as normas de aforamento, as indicações para solução dos volumes e tratamento das fachadas.

Mesmo na construção das casas, cujas medidas, testadas e alinhamentos deveriam obedecer às rígidas condições estipuladas pela legislação, como transporece na Carta Régia de 1761, citada por Paulo Thedim Barreto: “ser fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve a mesma formosura nas vilas”. Essas regras não eram muito respeitadas. Persistem concepções e costumes medievais e árabes, no arranjo dos lugares, no emprego de balcões e fechamentos com treliças de madeira, nos materiais usados etc. Tanto são desprezadas as disposições que as mesmas ressurgem em diversas ocasiões: em resoluções da Câmara de Vila Rica de 1795, nas normas da cidade imperial de 1830, na antevéspera da República em 1886.

Mas, mesmo que parcialmente, essas determinações eram observadas; fato que, aliado ao parcelamento do solo resultante do processo de aforamento, e à tradição, de origem medieval, de construção das casas de “parede-meia”, vai resultar no casário uniforme e contínuo, em que prevalece a configuração do conjunto e a individualidade é absorvida.

As indicações da arquitetura religiosa, ou melhor, para a construção de templos, por limitar-se, nesse momento, à remodelação das matrizes, não contribuirão para a construção da paisagem urbana. A exiguidade dos lugares e sua localização em baixios fazem com que a ampliação das antigas capelas comprometa a fiel observância das normas. As capelas situadas nas outras povoações ficam como estavam. Somente com a construção, a partir de meados do século XVIII, das sedes das irmandades, as Constituições do Arcebispado da Bahia serão concretizadas.

Tudo isso mostra que, como em todas as cidades, Vila Rica é o produto da acumulação, no tempo e no espaço, de artefatos e configurações que vão sendo conservadas e substituídas conforme o imaginário coletivo e as intervenções dos agentes históricos hegemônicos, de acordo com precisas intenções.

Com a formação dos arraiais funda-se, de fato, a cidade. No próprio auto de ereção tal fato é confirmado:

Aos oito dias do mês de julho de mil setecentos e onze, neste arraial das Minas Gerais do Ouro Preto (...) todos convieram em neste dito arraial, junto com o de Antônio Dias, se fundasse a Villa (...) pois era sítio de maiores conveniências que os povos tinham achado para o comércio (...). (Veiga, 1998)

Fica patente que as escolhas e apropriações materializadas no território pelos primeiros povoadores, transmitidas e reelaboradas através dos séculos, chegaram até nós, conservando válidas e potentes suas mensagens, uma vez que foram confirmadas pelas sucessivas gerações.

A localização e delimitação dos núcleos, a definição dos lugares sagrados e de culto, a abertura dos caminhos e percursos, a identificação dos pontos de atravessamento de rios, enfim o ato fundador, inaugural, responsável, no dizer de

Gregotti, pela passagem do estado "indeterminado" e informado da natureza selvagem ao estado de cultura, concretizado, maximamente, na cidade, aqui já se manifesta.

Embora muitas explicações, elaboradas sob uma perspectiva "geográfica", identifiquem nos condicionamentos de natureza física, tecnológica, política e econômica a razão dessas escolhas e, por consequência, a forma da cidade, não são suficientes para ilustrar a sua completude.

Na visão de Guidoni (1980, p. 159), por constituírem "um produto compreensivo, global, de uma determinada sociedade e não apenas uma resposta anódina a presumidas necessidades impostas pelo ambiente", essas povoações devem ser tratadas com uma outra perspectiva, de cunho antropológico-cultural.

Portanto, ao lado da consideração dos aspectos "materiais" que orientaram as escolhas iniciais, como a topografia, a hidrografia, a vegetação, a localização dos veios auríferos, as técnicas de exploração empregadas e a legislação que regulava a cessão das datas, outros aspectos devem ser levados em conta.

Sylvio de Vasconcellos observa: "Além do condicionamento imposto pelo ouro, a preferência pelos altos pode ter suas origens nas tradições castrejas do imigrante branco e no apreço pelas alturas demonstrado pelo negro, principalmente quando angolano" (Vasconcellos, 1971). Também Murilo Marx sugere que a constituição da imagem das nossas primeiras povoações, em razão de suas semelhanças, devia ser norteada por uma tradição (Marx, 1988, p. 112). Muitos outros estudos remetem à tradição, especificamente à da arquitetura popular, de origem camponesa e medieval, sobretudo a do norte de Portugal.



Rugendas, Villa Rica (O Brasil de Rugendas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 1º Div: Pl 22)



Rugendas, Lavage
du mineral d'or
près de la montag-
ne Itacolumi (O
Brasil de Rugen-
das. Belo Horizon-
te: Itatiaia, 1998.
3º Div: Pl 22)

Parece claro que, em Ouro Preto, a escolha do sítio deveu-se também à peculiar morfologia do terreno. As serras que o delimitam oferecem evidentes obstáculos, servindo como muralhas. A dificuldade de acesso é reforçada pelos rios encaixados nos vales profundos. Das montanhas, que serão depois sacralizadas e enfatizadas com a construção das capelas e dos palácios, uma formação especial adquire papel relevante, sendo “adotada” como símbolo pelas gerações: o Pico do Itacolomi, referência e guia para os primeiros desbravadores, segundo o relato da descoberta feita por Antonil, atravessa o tempo e amolda o imaginário da cidade, chegando até mesmo a ser reconstituído, em concreto, na Praça da Liberdade da nova capital.

O “caminho-tronco” que se desenvolve ao longo do eixo leste-oeste, e que tem suas cumeadas – Cabeças, Santa Quitéria e Alto da Cruz – representadas no próprio brasão da cidade, não por acaso permite a visão do Itacolomi de todos os seus pontos. Tudo isso indica que a construção da imagem da cidade foi conduzida com a constante intenção de estabelecer um diálogo com a paisagem existente, de maneira a conferir-lhe, por meio dessas interações, singularidade e caráter próprio.

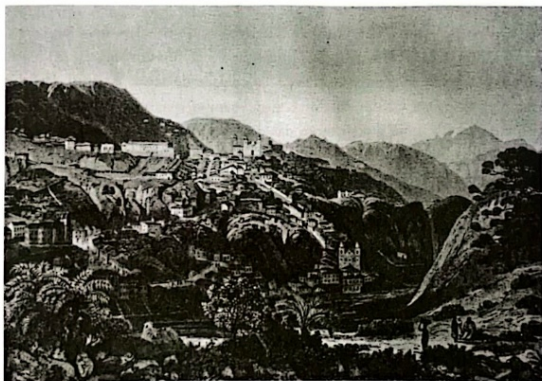
A CONSOLIDAÇÃO DA VILA

Em 1720, é criada a Capitania de Minas Gerais, cuja capital, Vila Rica, deveria constituir seu centro de autoridade e vigilância. As novas medidas fiscais, a proibição de circulação do ouro em pó com a criação das casas de fundição, vão desembocar no episódio da Sedição de Vila Rica, enfrentado pelo Conde de Assumar, com o incêndio do arraial do Ouro Podre e o esquiteamento de Felipe dos Santos.

Capital de uma capitania poderosa e independente, lugar em que a presença do poder da Coroa se manifesta plenamente, a Vila, afinal, inicia a construção de uma imagem correspondente ao seu novo status. Demonstram-no tanto a destruição do arraial sedicioso quanto a construção das matrizes do Pilar e de Antônio Dias, efetuada por meio da substituição e refazimento de antigas capelas. Surgem os embriões dos vários grupos e estamentos, adensa-se e consolida-se a povoação.

No Triunfo Eucarístico, descrição da transladação do Santíssimo Sacramento da Capela do Rosário para a Matriz do Pilar, ocorrida em 1733, e contada no opúsculo de Simão Ferreira Machado, Vila Rica e suas alegorias comparecem.

Contudo, somente no governo de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela (1735/1763), será a presença da metrópole enfaticamente confirmada, concretizando-se por meio de intervenções urbanas significativas, que vão desde a construção das pontes e chafarizes; a abertura, definição e o revestimento dos arruamentos; até, e sobretudo, a delimitação do centro administrativo realizada



Vista de Ouro Preto. Gravura de Johann Emanuel Pohl. Primeira metade do século XIX.



Igreja de São
Francisco de Assis de
Ouro Preto
(Bandeira, 1948)

com a construção do Palácio-Fortaleza próximo à antiga Casa de Câmara, consolidando a configuração da praça que, ao unificar as duas freguesias e refundir os dois arraiais originais, estabelece o núcleo principal da povoação.

Significativa também é a vinda do Sargento-Mor engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, responsável pelo risco do palácio pelo novo traçado de Mariana, operação tornada necessária com a criação do Bispado de Minas Gerais e a elevação da Vila à condição de cidade. A importância da Capitania, então a região mais rica e populosa da colônia, vai fazer com que a Coroa não meça esforços na promoção de iniciativas que visam a assinalar sua presença, empregando seus melhores quadros e recursos.

Na realidade concreta dos lugares, essa intenção é revelada pelo apuro e erudição dos desenhos – de matriz renascentista; pela qualidade dos materiais e métodos construtivos empregados – pedra e cal em lugar das antigas estruturas de barro e madeira; pela clareza e determinação das intervenções e pela ereção dos edifícios representativos, em particular o Palácio-Fortaleza.

O “Castelo”, construído a cavaleiro dos arraiais, domina, com a nitidez de suas formas e o volume de sua massa, a cena urbana. Abrigando a casa de fundição e a residência dos governadores, vai exprimir o novo quadro; seus canhões e baluartes voltados para a povoação denunciam-no claramente.

Essas mudanças vão repercutir também no casario, que adota integralmente os preceitos contidos nas ordenações, da mesma forma que a edificação das capelas segue, afinal, as normas tridentinas. Pelo menos no trecho compreendido entre as matrizes, marcado pelas pontes de Antônio Dias e Rosário, a vila se ajeita. Fora desses limites os controles são menos rígidos e a observância das normas relaxadas; hierarquização que corresponde à distribuição dos diversos grupos e estamentos. Com novas feições e consistências e com a complexidade social que se estabelece, a Vila muda de categoria.

Essas transformações vão se dar com a manutenção dos aspectos mais importantes dos arranjos preexistentes, conservando seus elementos estruturantes. Reforçam e prosseguem as intenções implícitas que até então guiavam a construção de sua imagem, notadamente na relação dos edifícios com a paisagem. Mesmo a praça, como ressalta Sylvio de Vasconcellos, “é uma consequência do povoamento já existente e não origem dele, correspondendo mais aos limites de duas povoações vizinhas que centro de irradiação delas”. (Vasconcellos, 1974, p. 77)

Muito embora as intervenções se dêem com a substituição de edificações anteriores e sejam acompanhadas pela reformulação pontual de logradouros e vias, esse sentido de continuidade na conformação da imagem do “todo” prevalecerá também por ocasião da construção das capelas das irmandades e ordens terceiras, acontecida no período compreendido entre a década de cinquenta e o final do século. A configuração da paisagem urbana, que ainda perdura, será consolidada com a afirmação e expressão do poder e autonomia dos grupos locais.



Casa de Câmara e cadeia de Ouro Preto (Bandeira, 1938)

Com a construção da Casa da Câmara e Cadeia, iniciada em 1784, conclui-se, no entender de muitos, o ciclo “criativo” da construção da imagem de Ouro Preto. Esse edifício, executado conforme projeto de autoria atribuída ao próprio governador, Luís da Cunha Menezes, ao empregar vocabulário e proporções inspiradas nas soluções do Capitólio romano, constitui uma das primeiras manifestações do neoclássico no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

CARITA, Helder. *Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1990.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GUIDONI, Enrico. *L'architettura popolare italiana*. Roma: Bari, E. Laterza, 1980.

MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

_____. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989.

VASCONCELLOS, Sylvio. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VASCONCELOS, Diogo. *História antiga de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

XAVIER DA VEIGA, José. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Sociais, Fundação João Pinheiro, 1998. 4 v em 2.

SENNA, Nelson de. *Bi-centenário de Ouro Preto – 1711/1911: memória histórica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1911.

Endereço para correspondência:

Rua Rio Piracicaba, 180 – Morro de São Sebastião

35400-000 – Ouro Preto – Minas Gerais

e-mail: meni@pucminas.br